



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

---

## RELATÓRIO DE VISITA E FISCALIZAÇÃO – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **Autos:**

**PIC 0.00.000.001564/2009-14**

**PIC 0.00.000.000625/2011-32**

### **Unidades Visitadas:**

PSME I – Penitenciária de Segurança Média I - VIANA

PSMA I – Penitenciária de Segurança Máxima I – VIANA

CTV – Centro de Triagem de VIANA - Airton Aguiar de Souza

PEVV II - Penitenciária Estadual de VILA VELHA

PSVV – Penitenciária Semiaberta de VILA VELHA/XURI

### **Reuniões:**

MPE/MPF

Secretaria de Segurança Pública

Procurador Geral de Justiça

### **Participantes das Fiscalizações em Unidades:**

Andrezza Duarte Cançado – CNMP

Paulo Taubemblatt – CNMP

César Augusto Ramaldes da Cunha Santos – MPE

Viviane Barros Partelli Pioto – MPE

### **Participantes das Reuniões:**

Andrezza Duarte Cançado – CNMP

Paulo Taubemblatt – CNMP

Eder Pontes da Silva – PGJ

César Augusto Ramaldes da Cunha Santos – MPE

Luciana Gomes Ferreira de Andrade – MPE

Viviane Barros Partelli Pioto – MPE

Elisandra de Oliveira Olimpio – MPF

Sérgio Alves Pereira – Secretário de Justiça

Entre os dias 15 e 17 de maio de 2013 a Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público, em razão de diversos pedidos de providências relacionados do Estado do Espírito Santo que tramitam neste Conselho Nacional do Ministério Público, bem como em razão de denúncias relativas ao respectivo sistema prisional perante Cortes Internacionais de Direitos Humanos, esteve no Estado do Espírito Santo para dar continuidade às visitas que têm sido feitas em diversas unidades federativas, para a observação dos respectivos sistemas prisionais.

### **Visitações:**

As visitas no Estado do Espírito Santo foram realizadas com as presenças dos Membros Auxiliares do CNMP,



Andrezza Duarte Cançado e Paulo Taubemblatt, e dos Promotores de Justiça César Augusto Ramaldes da Cunha Santos e Viviane Barros Partelli Pioto, que são do Grupo Especial de Trabalho de Execução Penal - GETEP.

O Complexo Penitenciário Viana foi o primeiro local visitado pelo grupo. No complexo que é o mais antigo, foram visitadas as unidades prisionais conhecidas por “Média” I e “Máxima” I, além do Centro de Triagem.

Vale um primeiro registro, no sentido de que o Centro de Triagem, que representa a porta de entrada no sistema prisional da grande Vitória, se constituiria na pior das instalações referentes ao complexo em questão.

### **Dia 16 de maio – manhã – Complexo de Viana**

O Complexo de Viana é o mais antigo da grade Vitória e comporta diversas unidades, a Comissão, nesse primeiro momento, visitou os estabelecimentos conhecidos por Média I, Máxima I e o Centro de Triagem.

### **Estabelecimento Penitenciário chamado de “MÉDIA I” de Viana:**

P.SME I Rodrigo Figueiredo da Rosa.  
Capacidade da Penitenciária: 96 presos.  
Lotação da Penitenciária: 201 presos.  
Diretor: José Rodrigues de Souza

Como mencionado o grupo se dirigiu pela manhã ao local e pode constatar que tal unidade se constitui por uma instalação bem antiga e precária, precisando efetivamente de reformas urgentes.

A penitenciária é voltada para internos



travestis/homossexuais e estupradores que, por sua condição, não são bem aceitos nas demais unidades. Tais apenas recebem banho de sol diário, por cerca duas horas.

O pátio onde isso acontece não é adequado, consistindo em um quadrado onde os internos permanecem andando de um lado para o outro. Não há qualquer atrativo ou mesmo mesas, cadeiras e/ou campo de lazer,

As celas internas, por sua vez, tem capacidade para apenas 06 presos, mas a lotação no dia da visita, era de aproximadamente 13 detentos por cela, evidenciando a superlotação do local.

Da mesma forma, tais celas se encontram em péssimo estado de conservação, não há ventilação adequada, as paredes apresentam infiltrações, e há constante alagamento, segundo informação obtida por intermédio dos internos.

Outra reclamação foi a situação dos vasos sanitários e chuveiros que se localizam dentro das celas, além da existência de ratos e baratas no local. Os colchões são mofados e as roupas de cama e vestes dos presos estão realmente em péssimo estado.

A alimentação para os detentos é contratada de uma empresa terceirizada e foram reiteradas as reclamações dos internos em relação à comida, especialmente considerando que os familiares dos presos não entram com alimentos na unidade.

O material de higiene também é motivo de reclamação por parte dos internos e a própria direção da unidade reconheceu, na ocasião, que tal material não era suficiente para atender à demanda da penitenciária. Assim, apesar de ser entregue a cada 15 dias e com regularidade, a quantidade é insuficiente.

Diante disso, os presos indicam que antes do final do mês o material de higiene acaba. Ainda no que concerne ao material de higiene, foi esclarecido pelos presos que a qualidade do mesmo é péssima, especialmente do papel higiênico, e que



alguns produtos causavam irritação na pele, caso do sabonete.

Os familiares não podem adentrar à penitenciária com material de higiene e/ou comida, ou seja, não há entrada de malote. Isso acontece por razões de segurança e para evitar brigas entre os internos ou mesmo comercialização de tais produtos.

Outra medida tomada pela direção da unidade foi no sentido de evitar a revista íntima dos visitantes, somente o preso é revistado no momento do retorno ao cárcere. A medida acabou por aumentar a entrada de drogas e celulares na unidade prisional, em que pese existir revista feita por detector de metal.

Agora, apesar de todos os problemas acima relatados a maior reclamação dos internos foi efetivamente a falta ou demora no atendimento jurídico. Muitos presos esclareceram que aguardam por inúmeros dias para um contato com a assistência jurídica e se ressentiam da ausência de Defensores Públicos.

Os interrogatórios e julgamentos, segundo os internos, demoram uma eternidade, e muitos afirmam que já teriam direitos a estar em liberdade ou, ao menos, com algum tipo de benefício, como a progressão do regime prisional. Outra reclamação constante foi a ausência de informação quanto ao processo judicial.

No dia da visita a Comissão foi informada que 108 presos estavam estudando e 18 trabalhando, sendo mencionado que um interno, inclusive, teria sido bem colocado em prova pública.

Também foi registrada a existência de equipe de saúde, composta por Médico, Dentista, Psicólogo e Assistente Social. A equipe, portanto, estaria completa, como determina a Secretaria de Justiça e comparece diariamente ao estabelecimento penitenciário.

Merece registro a falta de efetivo no local, bem como a precariedade de suas instalações. O alojamento para os agentes



penitenciários tem apenas 10 camas para 18 plantonistas, sem divisão de espaço entre homens e mulheres.

A Comissão foi informada de que há um projeto de reforma em andamento com o objetivo de triplicar a capacidade da Media I, com início das obras previsto para 01 de julho de 2013. A realização de tal reforma é realmente crucial para que a unidade funcione em condições dignas, sendo fundamental a participação/fiscalização do *Parquet* local para que tal projeto aconteça.

### **Estabelecimento Penitenciário conhecido como Máxima I de Viana:**

Esta unidade é um dos poucos exemplos no país de parceria público/privada, também conhecida por PPP, no gerenciamento de unidade prisional do Estado do Espírito Santo. A penitenciária Máxima I é fruto das políticas do INAP – Instituto Nacional de Administração Prisional.

Capacidade da Penitenciária: 520 homens.

Lotação da Penitenciária: 520 homens.

Diretora da Penitenciária: Mara Lúcia de Paula.

O primeiro local visitado foi a cozinha onde os internos lamentavelmente não trabalham. A comida pareceu de boa qualidade e a Comissão esteve com o chefe/nutricionista responsável pelo cardápio dos internos.

A Comissão questionou o motivo da ausência de internos trabalhando na cozinha e foi esclarecido que, além de o serviço ser realizado por empresa terceirizada, em razão da localização da cozinha não seria recomendável, por questão de segurança, que internos trabalhassem no local.

A cozinha realmente se localiza na parte “externa” da



penitenciária que, da mesma sorte, é de segurança máxima. Todavia, a comissão não comungou desse entendimento já que certamente se poucos internos fizessem o trabalho seria a repercussão seria enorme e a segurança não seria prejudicada.

No momento seguinte, a Comissão visitou a padaria, localizada já na parte interna da unidade, onde detentos trabalham. Aqui, apesar de também estarmos tratando de empresa terceirizada, alguns internos trabalham no local.

Claro que seria maravilhoso que mais detentos pudessem prestar um serviço na padaria, mas já é um começo que existam apenas trabalhando, aprendendo um ofício, e produzindo um pão que pareceu ser de boa qualidade.

Após, a Comissão seguiu para o espaço conhecido como seguro/castigo. No local alguns internos foram ouvidos. Dois apenas, em especial, considerando que já estavam esperando o alvará de soltura, foram diretos ao esclarecer acerca das condições sofríveis da unidade que apresentaria celas em condições lastimáveis, onde castigos físicos e psicológicos eram impostos aos internos. Segundo outros internos lá custodiados qualquer motivo (indisciplina segundo os agentes) ensejava a aplicação de falta grave ou suspensão de visitas.

Também foi pontuado o péssimo atendimento médico, sendo registrado que o profissional da área que atua na unidade, além de não ser eficiente, chegava a ser irônico e sarcástico com os presos.

Esta não foi a única reclamação que a Comissão ouviu ao longo da visita a unidade em relação à assistência médica. Diversos presos ressaltaram a falta de humanidade do médico que presta atendimento no local, algo inédito até então nas visitas.

Em geral, há reclamação da falta de assistência médica, mas não é algo corriqueiro que a reclamação seja dirigida a um determinado profissional. Lamentavelmente, não conseguimos que nenhum interno mencionasse expressamente o



nome do médico, mas, provavelmente, é o médico que permanece na unidade por mais tempo, sendo no mínimo recomendável a sua retirada do local.

Por fim, foi colocado que apesar de existir espaço adequado para a área de saúde, diversos presos ficavam sem atendimento em razão da constante demora. Já o serviço de assistência social, segundo informações, era prestado de uma forma mais adequada.

A assistência jurídica, segundo informado, é absolutamente deficiente, os apenados carecem verdadeiramente de atendimento e permanecem, por diversos meses, até mesmo anos, sem saber sobre o andamento dos processos e/ou benefícios. Encontramos internos que aguardavam por muitos anos uma simples transferência do processo de execução e aqueles que não sabiam ao certo por que continuavam presos por tanto tempo.

A Comissão visitou diversas áreas da penitenciária e teve notícia de que a água é fornecida com precariedade e em sistema de rodízio, ou seja, a água é aberta apenas em alguns momentos durante o dia.

Havia um forte cheiro dentro de algumas dessas áreas e a Comissão constatou *in loco* vazamentos. Nesse caso, os membros da Comissão e do *Parquet* local tiveram que passar por uma área alagada para ter acesso mais próximo aos presos que foram uníssonos em dizer que o alagamento era uma mistura de água e esgoto. O sistema de esgoto, portanto, é sofrível.

O pátio de visitas também se mostrou totalmente precário, seja no que concerne à estrutura, seja no que toca ao lazer. O pátio estava alagado e não havia, efetivamente, qualquer atrativo para visitantes e/ou internos. Na ocasião, a Comissão ouviu dos apenados que as visitas não são bem tratadas pelos agentes e sequer podem adentrar o banheiro, justamente em razão



do grave problema de esgoto existente.

As alas visitadas, por sua vez, são divididas de acordo com o perfil dos presos e de acordo com as facções criminosas. Os locais visitados não apresentavam condições dignas para os internos, com celas apertadas. Algumas se entravam em péssimo estado, especialmente as que haviam sido incendiadas pelos presos. A falta de estrutura é generalizada e o espaço não tem ventilação, permanecendo no ar um cheiro bem forte.

Apesar de inexistir superlotação nesta unidade, outro grave problema é a proliferação de doenças. Registre-se que as celas estão em péssimo estado de conservação e não há ventilação adequada.

Por fim, alguns presos relataram que sofrem agressões físicas e verbais dentro da unidade tanto por parte de agentes quanto por parte de outros internos.

### **Centro de Triagem de Viana – CTV - :**

Centro de Triagem de Viana - Airton Aguiar de Souza.

Capacidade do Centro de Triagem: 172 presos.

Lotação do Centro de Triagem no dia da visita: 300 presos.

Diretor do CTV: José Antonio de Souza Gomes

A unidade, como já diz o próprio nome, é o local onde é feita a triagem dos presos que adentram o sistema prisional. Lá eles permanecem até que seja feita a transferência para a unidade indicada de acordo com perfil e situação jurídica do preso.

Um cadastramento/identificação do preso é feito logo no momento da entrada, inclusive via Infopen, para então ser providenciada a transferência de cada interno para a devida unidade prisional.



Por ser centro de triagem não há atividades para os presos, especialmente em razão de o objetivo do local, que é justamente efetivar a triagem dos detentos. Assim, os internos deveriam permanecer na unidade pelo prazo máximo de 48 horas. Todavia, a realidade é diferente, eis que alguns presos chegam a ficar no local por até 30 dias.

O banho de sol é oferecido cinco vezes por semana, mas o tempo de permanência de cada grupo de presos a céu aberto, em razão da superlotação e do pequeno espaço destinado para isso, é ínfimo.

São servidas 3 refeições diárias para os presos, sendo certo que foram feitas reclamações sobre a qualidade de tais refeições. Diante dos relatos a Comissão avaliou uma quentinha oferecida aos presos que pareceu estar adequada para consumo na ocasião. Todavia, o comentário sobre as refeições estragadas pareceu ser uma constante na unidade.

A parte estrutural é muito precária, a superlotação do lugar chama a atenção, especialmente considerando que os espaços são bem pequenos. A falta de oferecimento de condições dignas aos internos salta aos olhos, bem como a falta de ventilação.

As celas contam com 6 camas, mas abrigam de 12 a 18 presos que permanecem por horas trancafiados ao longo do dia, sendo até mesmo difícil se aproximar da porta de cada cela em razão do forte cheiro que exala do lugar. No corredor o cheiro também é insuportável em razão da precária rede de esgoto que não é fechada, fazendo com que o odores se espalhem pela centro de triagem.

Além do esgoto aberto, que certamente causa um grande mal estar aos internos e servidores da unidade, foi observado, pela Comissão, que o Centro de Triagem apresenta problemas de alagamento.

Os presos têm que conviver com contínuos



alagamentos decorrentes da chuva e, ainda, excrementos de pássaros que caem dentro da unidade. As aves ficam no telhado do Centro de Triagem e como em algumas áreas o teto é, na verdade, uma grade, penas e excrementos dos animais caem no chão.

As condições do local, portanto, são péssimas. Não há ventilação alguma, o calor é intenso e a necessidade de reformas para ampliação é urgente. Também é essencial que aja mais agilidade na triagem, para que os reclusos passem menos tempo no local.

A maior reclamação dos presos foi a superlotação, seguida pelo desrespeito aos detentos por parte dos servidores do lugar. Houve a “denúncia” de que existem agressões físicas e utilização de spray de pimenta para conter os presos.

Verificou-se que o atendimento médico é prestado apenas uma vez por semana o que, por óbvio, não é suficiente para a quantidade de presos. Da mesma forma, sendo o Centro a porta de entrada do sistema carcerário, os internos que são recolhidos ao local normalmente precisam de algum tipo de atendimento médico, sendo crucial que o atendimento fosse feito diariamente.

Ainda no que toca à área de saúde a Comissão foi informada que há um projeto para a construção de uma enfermaria para atendimento aos reclusos do CTV (Centro de Triagem de Viana), o que seria um começo para um atendimento mais humanitário.

Merece também registro que existem apenas 12 agentes de plantão, sendo tal efetivo certamente insuficiente, especialmente se considerarmos o perfil de triagem da unidade. Ora, são poucos agentes para cuidar do funcionamento do lugar e ainda dar conta das entradas/saídas diárias dos presos. É necessária e crucial a lotação de mais servidores no local.

Em uma primeira análise, portanto, o Centro de



Triagem não tem condições de funcionamento da maneira como se apresenta.

### **Dia 16 de maio – tarde – Complexo do Xuri**

Em um segundo momento a Comissão esteve em Vila Velha – Complexo do Xuri, que é mais recente e apresenta uma melhor estrutura, onde foram visitadas as unidades de regime fechado e de regime semiaberto do local.

#### **PSVV – Penitenciária de regime Semiaberto de Vila Velha:**

Capacidade da Penitenciária: 600 presos.

Lotação da Penitenciária: 900 presos.

Diretor da Unidade: Tiago Deppmann Albuquerque

O primeiro espaço visitado pela Comissão nessa unidade foi o destinado à Tosatto Aço Inox, empresa onde cerca de 60 (sessenta) internos trabalham. A Líder Festas também emprega alguns detentos. Todavia poucos presos, considerando o total da unidade, tem acesso ao trabalho nas duas empresas.

Seria bem interessante se novos postos de trabalho fossem oferecidos especialmente considerando a reintegração de egressos junto à sociedade. Na unidade existe espaço físico, que é mais difícil. Assim, em se tratando de unidade de regime prisional semiaberto, parece recomendável que a mesma ofereça trabalho para a maior parte dos seus internos. Caso contrário, a unidade se torna, na prática, uma unidade de regime fechado, posto que os presos não têm acesso a qualquer atividade laborativa.

As duas empresas acima listadas se localizam na parte externa da unidade. Adentrando a Penitenciária a Comissão constatou a existência de aparelhos eletrônicos inclusive de



revista que asseguram a segurança do local.

A Comissão, logo na entrada, constatou a saída da roupa de cama dos presos que ia ser lavada. Na parede do corredor de entrada estavam depositados inúmeros colchonetes que seriam, posteriormente, distribuídos aos presos. Todavia, tais colchonetes não pareciam ter uma boa qualidade.

Seguido adiante, a Comissão seguiu visitou o local de cumprimento de Medida Disciplinar. Tal espaço, também conhecido como seguro, é utilizado para punição dos presos, em situações de brigas e cometimento de faltas graves. O seguro também serve para proteção de internos que não podem, por qualquer razão, voltar ao convívio dentro da unidade.

Uma das celas estava vazia e foi possível constatar que apesar de a Penitenciária não ser antiga, ela está mal conservada e já começa a apresentar alguns problemas estruturais.

Também foi constatada a superlotação da penitenciária, na medida em que as celas as celas, com espaço para oito internos, abrigam cerca de onze presos. Com isso, naturalmente, ocorre um desgaste do local e as condições dos internos pioram sob todos os aspectos.

A alimentação da Unidade é fornecida pela empresa Viesa e, segundo observado, tem qualidade aceitável. Tivemos acesso às “quentinhas” e constatamos que não havia alimentos degradados na ocasião. Todavia, vários internos reclamaram da comida dizendo, inclusive, que a alimentação muitas vezes era entregue “azedada”.

Os presos reclamaram, além da superlotação, da dificuldade em serem atendidos pela assistente social/psicólogo e especialmente comentaram sobre a deficiência no atendimento jurídico e demora processual.

Há deficiência no atendimento da Defensoria Pública/assistência jurídica aos presos, sendo esta, também, uma

reclamação reiterada, como também é regra no sistema penitenciário brasileiro.

Por outro lado, os internos que foram ouvidos disseram que não há casos de violência e/ou tortura praticados por funcionários do sistema e que, de uma maneira geral, são bem tratados. Ainda informaram que o banho de sol acontece diariamente.

A equipe de saúde estava completa, todavia a enfermaria atende apenas pela manhã o que provoca uma demora no atendimento. Além disso, alguns presos relataram problemas particulares de saúde e que há demora também no que toca ao atendimento médico.

A constatação mais óbvia é a de que os problemas enfrentados pela unidade, como é regra no sistema, decorrem do excesso de população carcerária, bem como da ausência de atividades laborativas para os presos, já que a unidade é de regime semiaberto.

Merece registro que na Penitenciária existe escola e curso técnico e, ainda, espaço para educação física.

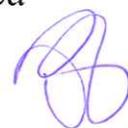
Por fim, a Comissão também avaliou o local de repouso dos agentes penitenciários tendo constatado que o mesmo não apresenta condições adequadas, muitos agentes, tal como os presos dormem no chão em cima de colchões. Outrossim, diante da evidente superlotação, são poucos os agentes para atender toda a demanda da unidade e, dessa forma, os servidores que lá trabalham estão visivelmente sobrecarregados.

### **Penitenciária Estadual de Regime Fechado de Vila Velha/ES – PEVV II:**

Capacidade da Penitenciária: 587 presos.

Lotação da Penitenciária: 684 presos.

Diretor da Penitenciária: Marcelo de Araujo Gouvea



A Penitenciária tem monitoramento eletrônico total, com câmeras de vídeo. Existem equipamentos de segurança como “raio X” e o chamado “banquinho” eletrônico.

A Unidade possui escola, com professores e 108 alunos e tem salas de aula bem arrumadas. Os internos estavam estudando quando a Comissão visitou o local e verificou inclusive que existia sala de informática para os detentos. Vale ressaltar a qualidade e limpeza dos banheiros junto ao ambiente escolar.

Merece destaque a fábrica de bolsas existente na penitenciária, na medida em que além de os internos trabalharem e aprenderem a confeccionar as bolsas, tal trabalho gera lucro. Isso ocorre em razão de a fábrica atender a diversas empresas no Estado. Na ocasião, os internos trabalhavam na confecção de bolsas para o conhecido evento “Morar mais por Menos”. No local ainda são feitos colares que são vendidas em feiras livres.

A Penitenciária também conta com um coral muito bom e com a banda chamada “Decreto da Vida”. Na ocasião, a banda se apresentou para a Comissão cantando, inclusive, uma canção de autoria dos internos.

O espaço de artes por sua vez é bem bacana, os presos pintam e fazem trabalhos manuais, inclusive origamis e esculturas em madeira. Existe um espaço destinado à produção de artesanato chamado “Eu faço artesanato”.

Apesar de não existir um espaço de privacidade para os presos, há um local para convívio e ainda área de visita íntima, sala com colchão de casal e banheiro com chuveiro elétrico.

Da mesma forma, tudo, de um modo geral, pareceu



bem limpo e organizado o que, para os parâmetros nacionais, é uma raridade. Ressalte-se, ademais, que são os internos que limpam as próprias celas e, ainda, os espaços internos da unidade.

Há banho de sol todos os dias e a visitação de familiares é constante. Os visitantes são recebidos em local próprio e existem mesas e cadeiras na parte externa da unidade.

A equipe de saúde conta com médico, dentista, psicólogo e assistente social, sendo certo que as salas de atendimento da área de saúde pareceram bem adequadas.

Há biblioteca e um refeitório na penitenciária e, também, espalhados pela unidade se encontram filtros com água gelada.

Fomos informados que existem 225 internos em atividade regular.

A Comissão ainda adentrou uma das alas da unidade para verificar a situação dos internos mais de perto e, realmente, a cela visitada não estava superlotada. Com capacidade para quatro internos tinha três internos e dois conversaram com a Comissão. As camas são do tipo “comarca” com colchão.

Os internos pareciam, dentro do possível, satisfeitos com a unidade que realmente apresentava boas condições, especialmente se levarmos em conta o quadro nacional.

## **REUNIÕES:**

Foram realizadas duas reuniões, uma com o Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo, Dr. Eder Pontes da Silva, e outra com o Secretário de Justiça do Espírito Santo, Dr. Sérgio Alves Pereira que é membro do Ministério Público.



**A reunião com o Secretário de Justiça do Espírito Santo**, Dr. Sérgio Alves Pereira, contou com as presenças de Andrezza Duarte Cançado e Paulo Taubemblatt, Membros Auxiliares do CNMP, da Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Espírito Santo, Dra. Elisandra de Oliveira Olímpio, e da Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santos, Doutora Viviane Partelli.

Nesta oportunidade o Dr. Sérgio Alves Pereira nos afirmou a sincera intenção do Estado do Espírito Santo em melhorar o sistema carcerário local, o que inclusive já vinha sendo feito ao longo dos últimos anos. Reafirmou que o Governo do Estado, após sucessivas denúncias, que levaram o Espírito Santo às Cortes Internacionais de Direitos Humanos, passou a admitir e assumir o problema da população carcerária, com investimentos na modernização e ampliação dos complexos penitenciários.

A expectativa do Secretário era a de que até 2014 o número de vagas seria suficiente para atender a toda população carcerária do Estado, diante das novas obras já previstas e das que estavam em andamento.

Pelos Membros Auxiliares do CNMP foi ponderada a necessidade de continuidade do trabalho, especialmente no Complexo de Viana, sendo lembrada, na ocasião, a situação complicada em que se encontrava o Centro de Triagem e a Máxima I.

A Comissão também lamentou a falta de atendimento jurídico dentro das unidades o que certamente tornava ainda pior o problema da superlotação. O deficitário/inexistente atendimento da Defensoria Pública na prestação de Assistência Jurídica aos detentos visitados precisava ser sanado, inclusive com a participação do Estado.

De outra parte, como ponto positivo, a manifesta



intenção do Governo, através de sua Secretaria de Justiça, em levar adiante o propósito de aperfeiçoar o sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo. A própria criação do Complexo do Xuri já deu uma perspectiva otimista para o cárcere capixaba, merecendo destaque a unidade de segurança máxima conhecida como PEVVIII.

Por fim, a Comissão pontuou que espera que o Estado dê realmente continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, melhorando e construindo novas instalações nesta unidade da federação.

**A outra reunião, com o Procurador Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Dr. Éder Pontes da Silva,** contou com a participação dos Membros Auxiliares do CNMP, Andrezza Duarte Cançado e Paulo Taubemblatt, da Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Espírito Santo, Dra. Elisandra Oliveira Olímpio, e dos Promotores de Justiça no Estado do Espírito Santo, Doutores César, Viviane e Luciana. O Procurador Geral de Justiça, logo no início, pontuou a necessidade de aprimorar o sistema prisional no Estado do Espírito Santo, tendo destacado que dentro da própria instituição vinha sendo feito um trabalho de incremento na área de execução, inclusive com a criação do Grupo Especial de Trabalho de Execução Penal - GETEP.

Da mesma forma, quando a Comissão esclareceu que um dos motivos do encontro era o fortalecimento da área de execução penal, especialmente com uma maior integração do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, o Chefe da Instituição recebeu a ideia com boa vontade e se dispôs a ajudar no que fosse possível o estabelecimento de uma ação conjunta dos dois ramos do Ministério Público – MPE/MPF.

Os membros da Comissão lembraram o problema da Defensoria Pública que, por intermédio dessa ação conjunta, poderia ser minimizado e certamente renderia bons frutos para o



sistema carcerário no que concerne à superlotação.

Da mesma forma, a Comissão salientou a importância de ampliação do diálogo com o Governo Estadual, com a finalidade de aumentar os investimentos na criação de vagas e melhoria do sistema prisional.

Todos os participantes concordaram que seria importante reafirmar a parceria MPE/MPF que seria intensificada dia a dia. Os colegas presentes na reunião ficaram com a responsabilidade de definir as prioridades e objetivos de tal atuação.

### **Sugestões Efetuadas:**

Conforme já mencionado a Comissão sugeriu:

- 1) A parceria entre os ramos do MPF e MPE, com a finalidade de levar adiante procedimento que tenha por objetivo sanar a ausência de assistência jurídica aos presos do Estado do Espírito Santo, com a melhora de uma Defensoria Pública nesta Unidade da Federação, ou mesmo de algum tipo de atendimento jurídico gratuito;
- 2) Criação de um fórum de debates sobre sistema prisional entre MPF e MPE e outros órgãos ligados à fiscalização e/ou trabalho junto aos presos;
- 3) Acompanhamento das ações da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo, especialmente no que tange às verbas do DEPEN para a construção/reforma de novas unidades prisionais;
- 4) Continuidade e intensificação do Grupo Especial de Trabalho de Execução Penal – GETEP - já criado no MPE, especialmente considerando a dedicação dos colegas que atuam e atuaram no grupo que, inclusive, contribuíram sensivelmente para a melhora do sistema prisional no Estado do Espírito Santo, antes conhecido como por ser um dos mais desumanos do país.



Por fim, merece registro que na ocasião, o Procurador Geral de Justiça, Dr. Eder Pontes da Silva, pontuou a dificultada enfrentada pelo Ministério Público local quer no toca a falta de agentes ministeriais, quer no que concerne a atuação de membros na área de execução penal. Diante de tal colocação, os integrantes da Comissão sugeriram a lotação de servidores no Grupo, o que, ao menos, daria um maior suporte ao belo trabalho desenvolvido pelos colegas que integram o Grupo Especial de Trabalho de Execução Penal - GETEP.

Brasília, 05 de julho de 2013.

**Andrezza Duarte Cançado**  
Membros Auxiliares da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP

**Paulo Taubemblatt**